



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**  
**GABINETE**

**PORTARIA Nº 028 /2.007-GAB.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 26921812/2005 - 9281, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Outorgar a **TRITON ENERGIA LTDA.**, com sede à  
em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº **00.894.045/0001-57**, por  
**12(doze)** anos o uso das águas do **Rio Bonito**, localizado no imóvel  
município de **Arenópolis / Palestina de Goiás**, Estado de Goiás, **para acumulação de água em barragem  
com finalidade de geração de energia elétrica.**

**Parágrafo Único** – Todas as obras e projetos desta concessão deverão ser  
executadas no prazo de **01(um) ano** para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no processo  
acima mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o  
fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima,  
determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH.**

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a  
Caracterização Hídrica e o Levantamento topográfico realizado pelo GEÓLOGO **SEVAN NAVES, CREA-GO Nº 930/D**, o  
qual torna-se **Responsável Técnico** perante o Governo do Estado de Goiás.

**Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:


- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A barragem possuirá um volume total acumulado útil mínimo de **2.752.500,00 m³ (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos metros cúbicos)**, suficiente para atender a demanda hídrica do projeto e a manter regularizada a vazão do **Rio Bonito**;
- V. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental.**

**Art. 5º** - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das  
condições impostas nesta Portaria.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas  
as disposições em contrário.

**C U M P R A - S E.**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 16 dias do mês Janeiro de 2.007.

  
**HARLEN INÁCIO DOS SANTOS**  
Superintendente de Recursos Hídricos

  
**JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO**  
Secretário